



Edição nº 585 - 07/05/2019

(Período 30 de abril a 7 de maio de 2019)

1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Portaria nº 69/2019 – Presidência - institui grupo de trabalho destinado a avaliar os parâmetros para o uso adequado das redes sociais pelos magistrados – **em anexo**.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Portaria nº 170/2019 - Presidência - dispõe sobre a alteração do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2019.

Resolução nº 537/2019 - Presidência – dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução nº 540/2019 - Presidência – dispõe sobre a reabertura de crédito especial.

Resolução nº 542/2019 – Presidência - retificada - dispõe sobre a alteração da **Resolução CJF nº 2, de 20 de fevereiro de 2008** (*trata do pagamento do auxílio-natalidade também em caso de adoção, e da extensão do horário especial para amamentação da servidora lactante*).

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Edital – Presidência - torna pública a abertura do III Concurso de Remoção Externa, destinado ao preenchimento de 10 (dez) cargos de Juiz Federal Substituto da Justiça Federal da 4ª Região – **em anexo**.

JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Portaria nº 579/2019 – Direção do Foro da JFPR - institui Comissão para estudo e regulamentação da Central de Leilões para atuar na Seção Judiciária do Paraná – **em anexo.**

Portaria nº 512/2019 – Direção do Foro da Subseção Judiciária de Jacarezinho/PR - constitui a Brigada de Incêndio da Subseção Judiciária de Jacarezinho e estabelece critérios para a composição, coordenação e treinamento dos Brigadistas Voluntários, dentre outras providências – **em anexo.**

JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Portaria nº 694/2019 – Direção do Foro da JFRS - divulga que os trabalhos da Inspeção Ordinária 2019 junto às Varas Federais, Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais e Centrais de Mandados da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul ocorrerão no período de 20 a 24 de maio de 2019 – **em anexo.**

2. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Portaria nº 1.498/2019 - Gabinete do Ministro - institui os Núcleos de Ações Especiais - NAE nas Controladorias Regionais da União nos Estados, com o objetivo de executar as atividades específicas de operações especiais (atividades de apuração de fraude e auditoria investigativa, de natureza sigilosa, realizadas em parceria com outros órgãos ou entidades públicas e que visam detectar e investigar atos e fatos ilegais, ilícitos ou irregulares, praticados contra a Administração Pública, com reflexos nas esferas administrativa, civil e criminal) e de demandas externas (denúncias, requisições de ações de controle ou pedidos de informação acerca da aplicação de recursos públicos federais e encaminhados à Controladoria-Geral da União - CGU por órgãos ou entidades públicas, entidades privadas ou cidadãos).

3. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO

Lei nº 13.820/2019 - dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre a carteira de títulos mantida pelo Banco Central do Brasil para fins de condução da política monetária.

Lei nº 13.821/2019 – acrescenta parágrafo único ao art. 14 da **Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005**, para limitar as exigências legais de regularidade, por ocasião da celebração de convênios com a União, ao próprio consórcio público envolvido, sem estendê-las aos entes federativos nele consorciados.

Lei nº 13.822/2019 – altera o § 2º do art. 6º da **Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005**, para estabelecer que, no consórcio público com personalidade jurídica de direito público, o pessoal será regido pela **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**.

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 24/2019 – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 874, de 12 de março de 2019**, publicada no Diário Oficial da União no dia 13, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 1.368.600,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25/2019 – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 875, de 12 de março de 2019**, publicada no Diário Oficial da União no dia 13, do mesmo mês e ano, que "Institui o Auxílio Emergencial Pecuniário para Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família e para Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia, residentes no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 26/2019 – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 876, de 13 de março de 2019**, publicada no Diário Oficial da União no dia 14, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

4. PODER EXECUTIVO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Medida Provisória nº 881/2019 – institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências.

Medida Provisória nº 882/2019 - altera a **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997- Código de Trânsito Brasileiro**; a **Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001**, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre e cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a **Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013**, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e a **Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016**, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, e dá outras providências.

[Decreto nº 9.781/2019](#) - altera o [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), que regulamenta a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da [Constituição](#).

[Portaria nº 399/2019 - Advocacia-Geral da União](#) - altera a Portaria PGF nº 156, de 8 de março de 2016, que cria a Equipe de Trabalho Remoto de Ações de Improbidade Administrativa no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.

[Portaria nº 401/2019 - Advocacia-Geral da União](#) - altera a [Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007](#), que regulamenta a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

MINISTÉRIO DA DEFESA

[Portaria Normativa nº 29/2019 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre o [serviço de taifa](#), exercido por militares, nas residências ocupadas por autoridades que exercem função de natureza política, de direção, chefia ou comando.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

[Portaria nº 462/2019 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho](#) - estabelece, para o mês de abril de 2019, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

[Portaria nº 3.424/2019 - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital](#) - divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública federal, para efeito de pagamento de auxílio-natalidade, de que trata o art. 196 da [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), e para efeito de pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#).

[Instrução Normativa nº 1.887/2019 - Secretaria da Receita Federal](#) – altera a [Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015](#), que dispõe sobre a aplicação dos regimes aduaneiros especiais de admissão temporária e de exportação temporária.

[Instrução Normativa nº 1.888/2019 - Secretaria da Receita Federal](#) – institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Portaria nº 952/2019 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e do Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies referente ao segundo semestre de 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

[Portaria nº 501/2019 - Gabinete do Ministro](#) – dispõe sobre os procedimentos administrativos para o registro de entidades sindicais pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

[Portaria nº 503/2019 - Gabinete do Ministro](#) - disciplina a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal entre o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e a Polícia Federal. Alterada pela **[Portaria nº 514/2019](#)**.

[Portaria nº 510/2019 - Gabinete do Ministro](#) – dispõe sobre a prorrogação de emprego da Força Nacional de Segurança Pública em assistência humanitária na cidade de Beira e nas regiões afetadas pelo ciclone tropical Kenneth em Cabo Delgado, em apoio à República de Moçambique.

[Portaria nº 514/2019 - Gabinete do Ministro](#) – altera a **[Portaria nº 503, de 2 de maio de 2019](#)**, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal entre o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e a Polícia Federal.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

[Portaria nº 21/2019 - Secretaria de Vigilância em Saúde](#) - institui o Plano de Ação com vista à estruturação da rede de ações e serviços de saúde para atenção integral à saúde da população exposta ao amianto.

[Resolução RDC nº 281/2019 - Anvisa](#) – autoriza o uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

[Portaria nº 1.153/2019 - Gabinete do Ministro](#) - altera a **[Portaria nº 570 do Ministério das Cidades, de 29 de novembro de 2016](#)**, que dispõe sobre operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Portaria Interministerial nº 274/2019 - Gabinete do Ministro - disciplina a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos referida no § 1º do art. 9º da **Lei nº 12.305, de 2010** e no art. 37 do **Decreto nº 7.404, de 2010**.

Portaria nº 307/2019 - Gabinete do Ministro - aprova o **Programa Nacional Lixão Zero**.

[Voltar ao topo](#)